

CRISTIANISMO E SUA INFLUÊNCIA NA LÍNGUA PORTUGUESA

Leonardo SAMU¹ (UERJ/ UNISUAM)

RESUMO: Abordamos o Cristianismo na constituição do português, problematizando aspectos culturais ligados à religião e à língua. Trabalhamos a história e a divulgação do Cristianismo no Império Romano bem como a influência cristã no latim vulgar, favorecendo inúmeras inovações, dentre as quais, o chamado latim dos cristãos. Tal sistema lingüístico auxiliou a constituição das línguas neolatinas, trazendo novas variantes (Cristianismos diretos) e contribuindo para acelerar variações no latim vulgar (Cristianismos indiretos). No português, as influências estão centradas, com maior evidência, no campo lexical e semântico.

ABSTRACT: We approach the Christianity in the constitution of the Portuguese language, to discuss cultural aspects related to religion and language. We have worked in the history and the spreading of the Christianity in the Roman Empire as well as the Latin Christian influence in the vulgar one, favoring innumerable innovations, amongst the called Christians' Latin. Such linguistic system assisted the constitution of the new Latin languages, bringing new variants (Christianity directed) and contributing to speed up variations in the Vulgar Latin (Christianity indirect). In the Portuguese, the influences are centered in the lexical and semantic field.

1. Reflexões preliminares

Se em todas as investigações científicas, das mais diferentes áreas do saber humano, a dúvida e a incerteza figuram como formas de (re)pensar o produto investigado, não será diferente no campo das ciências lingüísticas. Quando a certeza figura em saberes já desvendados, ainda assim a unanimidade nem sempre prevalece na aceitação de determinado conhecimento. Estes são, de certa forma, alguns problemas comuns encontrados no trabalho científico.

Se em lingüística muitos são os saberes que merecem maior investigação e mesmo reflexão, ao menos temos um ponto fundamental, de certa forma unânime, dentro do pensamento lingüístico atual, que servirá de ponto de partida para este artigo: a mutabilidade das línguas.

É fato as línguas humanas conhecerem um processo de transformação no decorrer de sua história. O dinamismo é, sem dúvida, elemento caracterizador e constitutivo presente na vida da linguagem, o que exclui imediatamente a possibilidade de defini-la como elemento estático. Desta forma, podemos notar que as diversificações no corpo de um sistema lingüístico podem ocorrer nos mais diferentes níveis, alguns com maior flexibilidade e inclinação às mudanças, tais como o léxico e a fonética/fonologia, e outros mais rígidos às inovações, tais como a sintaxe e a morfologia.

Ao nos referirmos aos elementos internos das línguas, estamos diante dos níveis constitutivos que compõem a linguagem em sua organização estrutural, ou seja, a língua pela língua, os elementos internos e necessários para o funcionamento de seu sistema (fonética, fonologia, semântica, léxico, morfologia e sintaxe). Tais níveis podem a todo instante sofrer transformações graças às manifestações específicas de cada língua enquanto elemento dinâmico.

Por outro lado, não podemos esquecer que as mutações não são geradas apenas pela natureza das línguas. Há ainda fatores externos que contribuem para efetivar, acelerar ou acrescentar inovações significativas na vida da linguagem. Em outras palavras, as línguas fazem parte de um contexto histórico, social, político, econômico e cultural de uma sociedade, fato este propiciador de interferências entre a realidade interna do idioma com a vida da sociedade que utiliza tal instrumento de comunicação. E, por falar em instrumento, as línguas atendem aos anseios e às necessidades de uma comunidade devendo, para tanto, adaptar-se às realidades e criações naturais de todo grupo humano. Se o homem é mutável, todos os seus instrumentos também o serão. Não será diferente com a realidade das línguas humanas, produto do homem e para uso do homem.

Na história de determinados idiomas, alguns fatores externos são fundamentais para a compreensão do processo de formação das línguas. Especificamente dentro da realidade social romana, a religião cristã se

¹ leonsamu@hotmail.com

apresenta como protagonista para exercer no palco lingüístico romano uma colaboração que levará o latim, durante o processo de dissolução do império, à formação dos romances (falares nacionais).

Na tentativa de traçar aspectos relevantes na relação Cristianismo e formação do português, visamos, através deste artigo, destacar alguns pontos referenciais na orientação dos estudos filológicos e lingüísticos, pistas para as relações entre língua e religião.

Para este estudo, precisaremos, necessariamente, as questões referentes à constituição do Cristianismo como movimento: suas construções, sua ideologia e sua expansão. Além disto, queremos, ainda, identificar as suas gêneses ou possíveis influenciadores como, por exemplo, as religiões romanas e o Judaísmo. Apesar de tratar-se de um estudo lingüístico, utilizaremos também, para uma efetiva compreensão, algumas questões referentes à história geral das sociedades. Como se vê, trataremos de um estudo lingüístico em que os fatos históricos, sociais e filosóficos estarão aqui inseridos. Elementos como Cristo, cristão, cruz, crucificação e ainda bíblia e religião, bem como tais influências na formação da língua portuguesa estarão aqui presentes e comentados: um sugestionamento visando a uma reflexão constante do tema em si.

2. Religiões: alguns pontos

Se os fatos externos referentes a uma comunidade interferem diretamente na realização lingüística de seu povo, a religião como produto do homem e força motivadora da atividade social exercerá também intensa presença na produção lingüística desta comunidade.

Entende-se por religião, pelo menos de forma genérica, o conjunto de convicções bem como todas as manifestações próprias e particulares que cada grupo religioso cultiva.

Analisando o vocábulo etimologicamente, veremos que sua origem se encontra no latim *religĭo*, ou seja, *religare*, que significa ligar novamente, uma ponte entre deus e o homem, desde então com um sentido de grupo comunitário que se relaciona espiritualmente com uma divindade. Tal divindade, ou mesmo divindades, tratando-se das doutrinas politeístas, é considerada como elemento supremo que ordena e se faz refletir em todas as atividades humanas, sendo portanto, a finalidade e a expressão para todos os processos naturais e sobrenaturais da humanidade. Isto pode ser percebido na influência direta de uma dada religião na vida cotidiana, desde a casa em que moramos, a alimentação utilizada e até os livros por nós selecionados, bem como os rituais que seguimos em momentos marcantes tais como a vida e a morte.

É ela também que conforta no desespero, dita verdadeiros códigos morais e forma grandes centros sociais, aglutinando comunidades com valores e objetivos comuns. Neste aspecto, podemos afirmar que a religião tem uma função também política, fazendo que um determinado espaço geográfico seja delimitado pelos traços culturais de um dado povo. A religião, assim como os hábitos (vestes, alimentos) e a língua, compõem a malha cultural de um povo, sendo interessante destacar que aquela exerce forte influência nas demais formações culturais que constituem este mesmo povo. A identidade, ou pelo menos a igualdade assumida entre os valores de um mesmo traço religioso, provém da segmentação de uma determinada doutrina, fazendo que tal grupo pertença àquela comunidade específica.

Associar-se a um movimento religioso significa compartilhar de um mesmo conjunto de idéias, preceitos e ensinamentos comuns, todos estes elementos denominados de doutrina. Cada religião é diferente uma da outra, possuindo suas próprias crenças, seus corpos doutrinários e todas os elementos físicos que caracterizam sua arte, seus rituais, suas indumentárias e festivais. Algumas religiões apresentam traços simplistas em sua composição, desde a maneira de culto até a composição de sua doutrina. Outras, no entanto, destacam-se pelo alto grau de formalidade que apresentam, constituindo uma série de ritos e símbolos com uma diversidade de significados. Há, para tanto, utilização de diversos objetos e ícones considerados sagrados já que estão associados a práticas religiosas específicas dentro de um espaço de culto. Tais objetos, assim como o local de realizações das ritualísticas, são ricamente ornamentados, sugestionando aos fiéis a inspiração e, conseqüentemente, uma devoção mais efetiva.

Quanto à origem das religiões, podemos considerar que estas são criadas, em aspecto geral, para dar explicações ao homem sobre fatos não compreendidos pela ciência. Tais explicações seriam provenientes das divindades, força superior que rege todo o sistema religioso em que se insere determinada religião. Criada com o intuito de formalizar as regras para a adoração de suas divindades, as religiões buscam explicar as incógnitas a respeito das incompreensões humanas, favorecendo, assim, conformismo ao desconhecido.

Nas religiões mais primitivas, buscava-se um culto aos deuses com a intenção somente de adquirir dádivas em forma de troca, isto porque se acreditava nos deuses como controladores de todas as forças e capacitados de modificar o rumo de toda uma humanidade. Depositar oferendas significava agradar aos deuses, esperando receber em troca grandes dádivas. Era, como se vê, uma religião em que a troca estava pautada como elemento máximo, algo que persiste ainda hoje nas religiões atuais. A idéia de promessa e de

milagre, sendo este último muito comum nas doutrinas cristãs, demonstra esta concepção humana ainda existente no tratamento do homem para com a sua religião.

Devemos entender que toda religião, por ser produto da cultura de um povo, está suscetível a mudanças constantes. Uma religião é, necessariamente, uma criação humana com formas e expressões também humanas, fruto e produto das necessidades do homem e que, assim como a língua, está caracterizada como ferramenta para auxiliar a vida da humanidade. São verdadeiros organismos dinâmicos que, uma vez vindo ao mundo, não acabam, mas simplesmente são readaptáveis a outras culturas, constituindo assim um modelo variável.

Se a língua é o elemento com o qual organizamos o mundo ao nosso redor, sobretudo no que diz respeito aos nomes que criamos para designar a vida social, a religião, neste aspecto, assim como todas as demais organizações sociais do homem, depende deste instrumento para a sua própria estruturação. Esta característica se faz presente também no Cristianismo, usuário e influenciador do latim.

3. Roma e sua religião pagã

Assim como podemos dividir Roma em três fases distintas, considerando o seu caráter político - Realeza, República e Império - podemos ainda identificar, dentro destas organizações políticas, formas religiosas que se desenvolveram e se adaptaram a estas diferentes realidades. São concepções religiosas distintas que se enquadram de acordo com a evolução daquela sociedade, buscando atender às necessidades daquela população.

Roma, enquanto realeza, conheceu uma religião pautada nas mais antigas concepções primitivas, sobretudo na chamada religião doméstica. Praticava culto aos espíritos dos mortos por acreditarem na sobrevivência da alma, especificamente na de seus ascendentes cujos espíritos eram conhecidos como *Gênios*.

Estas características comprovam traços comuns da religião romana com os Indo-europeus e também com os Etruscos, povos primitivos. Aliás, deste último, os romanos adquiriram como prática a tomada dos auspícios, ou seja, consulta aos deuses com o intuito de conhecer o futuro. Este fato demonstra que, desde o princípio, a religião romana esteve sempre se remodelando de acordo com o contato a outras culturas de povos distintos.

Os romanos possuíam crenças animistas, pois acreditavam nas divindades que povoam a natureza, presidindo o reino animal, vegetal e mineral. Esses espíritos, juntamente com os *gênios*, eram os protetores de cada família. Também existiam os espíritos denominados *Lares*, os protetores das casas, os *Manes*, protetores das almas dos mortos e os *Penates*, protetores dos bens e da dispensa familiar.

Nesta religião familiar, todo o conhecimento da prática ritualística era ensinado de geração a geração. O pai de uma determinada família (*Pater Familias*), além de ter total responsabilidade e direito sob todos os membros de seu clã, tinha ainda o dever de transmitir para a sua geração os ensinamentos religiosos referentes aos seus antepassados. O culto familiar ou mesmo as festas religiosas familiares eram presididos por este *pater*. Na ocasião, ofereciam sacrifícios de um boi, um porco e uma ovelha para as divindades, sendo as partes divididas posteriormente entre os membros.

Toda tradição era perpetuada de *pater a pater*. Na casa dos patrícios, únicos detentores do direito à religião, havia um altar com um fogo sagrado que não poderia jamais ser apagado e nem ser constituído por qualquer outro elemento. O tipo de madeira era selecionado de acordo com árvores específicas para este fim. Nenhum outro objeto poderia ser utilizado para esta atividade. Isto comprova uma certa prescrição de normas e condutas para esta religião familiar que, após certo tempo, originou a religião gentílica. Fato relevante para nós está na importância desta religião para a formação de Roma.

De maneira lenta, porém concisa, foi pouco a pouco a religião romana tomando proporções não mais de uma religião patriarcal ou mesmo familiar, mas sim assumindo um caráter estatal. A forma primitiva em que o patriarca representava, além de suas incumbências naturais, o líder máximo da religião ou o responsável por todo o sacerdócio do lar foi perdendo espaço para uma nova religião, a do estado.

As práticas religiosas, antes familiares, tornam-se públicas e ainda mais formalizadas. Os cultos passam a ser celebrados por sacerdotes profissionais. Estes formavam um grupo na sociedade romana e eram altamente hierarquizados. A ordem sacerdotal tinha a responsabilidade de reger todas as atividades religiosas, desde os sacrifícios e oferendas até a criação de um calendário minucioso contendo os ciclos de guerra, de fertilidade, de feriados religiosos, visando assim a uma separação entre os dias do ano específicos para determinadas ações. Era um verdadeiro calendário com dias fastos e nefastos.

Havia os Flâminas, encarregados do cuidado com o culto de cada deus individual; os Áugures, responsáveis pela adivinhação e interpretação da vontade dos deuses por meio da natureza e os Feciais,

intercessores junto aos deuses para a obtenção de êxito nas relações exteriores. Havia ainda os Pontífices, sacerdotes de grande importância e que supervisionavam o culto, fixavam o calendário e interpretavam as datas de acordo com a vontade divina. Tinham o dever de guardar as regras dos processos judiciais, conhecendo ainda os dias para a aplicação das leis. O Direito, como se vê, fazia parte da Religião, não passando as leis de uma verdadeira soma de prescrições religiosas para a vida social. A Justiça era, até então, monopólio da religião, formada por leis retiradas dos costumes e hábitos comuns, e ainda por leis reais, que correspondiam às crenças religiosas dos antigos povoadores da cidade.

Passando a religião romana de uma fase familiar para um modelo de ampla organização, as principais mudanças ocorridas estiveram na transformação dos deuses espiritualizados em deuses concretos com suas respectivas formas humanas. As divindades dos lares, os *niminas*, receberam materialização humana. Isto significou uma diversidade de deuses com seus templos para adoração, dentre os quais destacamos, além de Júpiter, considerado a grande divindade por ser o deus da luz, Ceres, a deusa da fecundidade agrária e Vesta, a deusa da vida.

À medida que os romanos iniciaram suas expansões agrárias, primeiramente com o intuito de aquisição de terras para a agricultura e também obtenção de mão-de-obra escrava, não tardou muito para que os elementos dos povos externos, sobretudo os valores religiosos, comessem a influenciar a religião romana. O contato com os povos peninsulares e também com os do oriente introduziu novos deuses e mesmo novas tendências para a prática da religião romana. As divindades romanas, graças a este contato, perdiam as suas características locais e mudavam de nome, aglutinando-se com as doutrinas internacionais.

Outra influência importante na religião romana foi de responsabilidade grega. O contato com os gregos gerou uma helenização lenta, tendo como conseqüência a identificação ou aproximação dos deuses romanos com os deuses gregos. Júpiter foi identificado com Zeus, Minerva com Atenas, Baco com Dionísio e Vesta com Héstia.

O contato de Roma com a filosofia grega (sobretudo o ceticismo) propiciou uma nova forma de concepção religiosa no Império. O tratamento cético em relação às crenças tradicionais revela um certo desprezo ou mesmo descontentamento, principalmente nas camadas intelectuais. Interessante destacar que, apesar desta indiferença ao aspecto religioso, era mantido ainda um respeito à religião, seja por força política ou mesmo patriarcal. Até mesmo as práticas supersticiosas eram mantidas. Esta concepção menos eloqüente do homem romano em relação a sua religião oficial traria, em parte da sociedade, uma nova possibilidade de recepção de novos valores, abrindo assim caminhos para a chegada do Cristianismo e sua implantação no território romano.

Os romanos possuíam uma infinidade de deuses sem, contudo, possuir qualquer corpo doutrinário ou dogma específico para a segmentação desta religião. Esta, por sua vez, caracterizava-se por um processo prático em que deveria haver apenas um contrato entre deuses e homens. A intenção era obter o favor dos deuses através da oferta de sacrifícios. Tais oferendas podiam ser animais ou vegetais, sendo esta última menos comum e em muito menor número. A única ressalva é que o elemento a ser sacrificado não poderia ter qualquer defeito, devendo ser, portanto, o de maior perfeição entre os selecionados. Após a imolação, o animal era cortado em determinados fragmentos, sendo algumas partes mais uma vez oferecidas aos deuses e queimadas no altar. Era efetuada uma refeição simbólica das divindades, sendo as demais partes não queimadas consumidas pelos participantes da cerimônia.

Não havia um poder mágico nas cerimônias romanas e nem mesmo idéia de amor e piedade eram conhecidas entre homens e deuses. A justificativa para a prática da religião estava na perspectiva da troca, sendo esta característica ainda muito comum em muitas religiões hoje existentes. Junto aos sacrifícios, vinham as orações pautadas na busca da materialidade e eram atendidas não por seu caráter justo da contrição humana, mas simplesmente porque obedeciam às regras jurídicas, bases da estrutura religiosa de Roma. O culto era uma organização e organizado pelo Estado. Para surtir algum efeito, deveria seguir fielmente as exigências estatais.

Por fim, podemos concluir que a religião de Roma era antiga, baseada em um modelo primitivo e insípido, com pouca preocupação para os aspectos referentes ao mundo espiritualizado. Tal religião não comovia o coração humano e nem gerava credulidade em seus seguidores. Seus objetivos estavam centrados somente nos interesses do Estado e na busca de recompensa de valores terrenos aos seus seguidores.

Com o surgimento do Cristianismo, mesmo tendo este movimento suas bases e modelos próprios, ainda assim não seria possível desprezar as especificidades do ambiente pagão e romano, palco de propagação da nova doutrina e acolhedor das boas novas advindas do Oriente. Desta forma, podemos considerar que a cultura religiosa de Roma não pereceu, mas antes foi condicionada aos novos interesses do mundo cristianizado. Nesta perspectiva, a religião romana não se perdeu e nem mesmo desapareceu imediatamente após o início da pregação cristã e da conversão dos pecadores. Esta foi remodelada aos

interesses da nova doutrina. Observando as características que estruturam a religião de Roma, há de se notar certa equivalência aos modelos seguidos pelo Cristianismo, sobretudo na releitura dos valores antes praticados na comunidade religiosa romana. Isto significa uma apropriação dos traços específicos próprios do ambiente religioso desenvolvido em território romano.

O mundo romano tornou-se fonte de cultura para a confecção das formas cristãs. Isto se deu graças ao processo de conversão das almas romanas. Na intenção de levar a fé cristã para o ocidente, especificamente para o palco romano, os primeiros cristãos advindos do oriente tiveram que aproximar suas convicções aos valores próprios daquela realidade. Para converter o pecador, era necessário inserir-se no cotidiano romano e conseqüentemente adquirir matizes próprios que figuram até hoje no modelo do Cristianismo.

Posteriormente, com a expansão da pregação cristã em Roma e o sucesso obtido neste território, coube aos cristãos organizar o seu corpo doutrinário nos mais diversos aspectos. Isto se deu até mesmo nas datas escolhidas como representante das festividades deste movimento.

Por fim, ao iniciar o processo de construção da doutrina cristã, o mundo romano não pode ser esquecido, mas antes (re)configurado para expressar os valores próprios do Cristianismo. Graças inclusive à absorção das temáticas romanas é que certamente tal movimento alcançou grandes escalas ainda como o faz hoje.

O Cristianismo, entretanto, não é produto único das especificidades romanas, pois o Judaísmo muito auxiliou também na confecção do mundo cristão e na estruturação de seu pensamento. Na realidade, apesar do Império Romano estar condicionado a uma religião politeísta, já nesta época, e até com maior anterioridade, os judeus praticavam uma religião de base monoteísta, algo diferente para o momento, porém com uma dose atrativa às comunidades romanas já desgastadas por toda e qualquer prática politeísta.

4. Roma e o cristianismo

O Cristianismo foi, portanto, uma religião fundada no Oriente e logo chegou ao Ocidente, iniciando assim uma nova história. Dentro do Império Romano, especificamente na parte ocidental, era muito comum a chegada de diversos tipos de rituais característicos das religiões orientais. Muitas religiões advindas do exterior foram absorvidas pelo panteão romano e readaptadas, tomando como base os matizes próprios daquela sociedade. Isto significa que dentro do Império já havia plena aceitação de uma enorme quantidade de doutrinas orientais e que, nesta ótica, o Cristianismo significava apenas mais uma daquelas religiões forasteiras.

Ao chegar o Cristianismo em território ocidental, logo tal movimento ganhou muitos adeptos. Isto se explica graças à mensagem salvífica expressa por seus seguidores, referindo-se a uma salvação espiritual repleta de gozo e gratificações não aqui na terra, mas em um paraíso celestial, juntamente com todos aqueles que aceitaram Cristo como o verdadeiro salvador. Esta mensagem impulsionava todos aqueles que, cada vez mais necessitados, viam a possibilidade de adquirir algum tipo de riqueza, mais propriamente de cunho espiritual.

A impossibilidade de obter riquezas materiais, sobretudo por força de uma sociedade e política romana cada vez mais corrupta, transportava para a religião a expectativa de dias melhores. Com isto, o Cristianismo crescia e se propagava nas comunidades romanas, sempre com maior número de adeptos nos meios sociais menos abastados. Este fato pode ser melhor entendido se pensarmos no movimento cristão como uma revitalização daqueles menos favorecidos.

Desde os tempos mais remotos, os primeiros cristãos se reuniam para o culto ao seu Deus. Grande quantidade de vidas era entregue aos valores cristãos. Mais e mais, a conversão de almas era em número elevado, demonstrando assim o sucesso da doutrina cristã nos territórios pregados. Por estes fatos, não tardou muito para que as autoridades romanas iniciassem uma série de perseguições aos cristãos considerados, neste momento, subversivos e, em certo ponto, anarquistas em relação à ordem e à moral romanas. Os cristãos eram responsabilizados pelas diversas crises que ocorriam no Império, sem ter, na realidade, nenhuma culpa das desgraças naturais causadas por uma administração falha. Eram culpados pelas calamidades que, segundo os romanos, eram produto da insatisfação dos deuses.

O culto secreto também despertava desconfiança nas autoridades romanas favorecendo, desta forma, situações mais ofensivas. Os cristãos optavam por rejeitar a divindade do imperador, bem como o culto a este, rejeitando também toda a vida pagã nas suas instituições governamentais e sociais, tais como, a justiça, o exército, a moral, a cultura e, de grande importância para este estudo, a língua. Tudo aquilo que pudesse representar ou expressar qualquer ligação com uma atividade pagã era simplesmente renegado pela sociedade cristã. Com estas afirmações, já é possível perceber que os cristãos tinham como proposta a criação de um sub-mundo, de um microsistema social com todas as suas essências particulares, visto

considerarem o mundo romano fortemente pagão para nele se viver. Na realidade, era uma proposta de vida autônoma do sistema romano, uma vida religiosa com características subversivas.

Apesar das perseguições, os cristãos continuaram a defender a sua fé e a buscar mais almas para o reino de Cristo. A mensagem de igualitarismo e a promessa de salvação após a morte davam um novo sentido para as massas populares urbanas, estendendo-se também às comunidades rurais. Quanto mais crescia a perseguição e a morte de vários cristãos nas formas mais cruéis e deploráveis, maior eram os convertidos que, vendo a agonia alheia, queriam sentir este mesmo prazer de ter Cristo como salvador, seja na vida ou na morte. Os cristãos continuavam a sofrer ofensivas e eram designados de mártires, termo este utilizado pelos próprios cristãos quando executados pelos pagãos. O martírio representava, na realidade, não só a oposição ao modelo romano, mas a certeza da recompensa na vida futura.

As perseguições continuaram com diversos imperadores, dentre os quais Domiciano, Trajano, Décio, Aureliano e Diocleciano, sendo cada vez mais enfáticas e severas. Igrejas eram destruídas, livros recolhidos e milhares de pessoas eram assassinadas. Somente no ano de 311 é que os cristãos começam a ser tolerados e, mais tarde, em 313, Constantino decreta o Edito de Milão aprovando a legalização do Cristianismo. Já em 337 este mesmo imperador recebe o batismo, data esta marcada também pela construção das primeiras igrejas cristãs em Roma. Com isto, lentamente, o paganismo foi desaparecendo do modelo de vida romano, estando, porém, ainda presente nas comunidades rurais.

Hoje, entender o Cristianismo não significa, como na análise extremamente superficial do senso comum, na simples representação física e perceptível deste movimento, ou melhor, a prática final da essência dos cristãos que é a construção de igrejas para a prática religiosa. O Cristianismo, enquanto movimento, vai além desta meta inicial. Sua ideologia significou mudanças fortemente profundas nas segmentações humanas como a língua, a sociedade e a cultura. Fica então o seguinte questionamento: afinal, como teria sido o mundo, sua formação e sua estruturação sem a presença do Cristianismo? Ou melhor, como o mundo caminharia se não tivesse existido a figura de Cristo? Certamente muitas coisas seriam diferentes, a começar pelos valores sociais que, pelo menos nós, brasileiros, vivenciamos. Muitos destes são heranças cristãs que se perpetuaram ao longo da história graças à força movedora do movimento ao qual nos dedicamos neste artigo.

5. O latim cristão

O Cristianismo representou uma sub-cultura dentro de outra cultura. Criaram uma organização própria, seja social, política, espiritual e até lingüística. Isto significa que os cristãos criaram para si também uma língua que seria denominada de latim cristão.

O latim era a língua oficial do Império Romano, um idioma proveniente da linhagem do Indo-europeu, do qual originou também o grego. Mesmo após as expansões romanas, a língua implantada nas diversas províncias era o latim com sua variante popular que, aos poucos, em cada região, recebia elementos típicos das nacionalidades locais (substratos). Este fato já irá caracterizar mais tardiamente aspectos distintivos na constituição das línguas neolatinas.

A formação do latim ocorreu de forma homeopática até chegar à estatura de um grande idioma. Graças ao contato com a língua grega, desenvolveu-se uma modalidade do latim cada vez mais estilizada. Este modelo lingüístico representativo da elite romana não expressava a realidade da população em um todo. Para tanto, um novo conceito determina uma variante da língua a que se denomina latim vulgar, coexistindo lado a lado com a forma estilizada da língua, ou latim clássico. Isto não significa que o latim vulgar foi a língua dos incultos e analfabetos, mas sim um latim adaptado aos elementos populares em que abundam expressões simples de uma cultura corrente e dinâmica.

Entendemos por latim vulgar todo o somatório das variantes diatópicas, diafásicas e diastráticas, ou seja, não uma língua uniforme durante a sua existência, mas antes uma concepção das diferenças existentes em tempo, espaço e sociedades (estilo). Pouco a pouco, o latim vulgar foi-se distanciando do chamado latim clássico. Se antes era apenas um registro deste com algumas modificações particulares, agora, sobretudo com a queda do Império e as invasões bárbaras, as diferenças entre tais línguas ficavam cada vez mais acentuadas, seja no vocabulário, na fonética, na sintaxe ou na morfologia. Certo é afirmar que o latim vulgar tomou o espaço do latim clássico no decorrer do tempo e se fez instrumento de comunicação nas mais diversas regiões, antes romanas, mas agora pertencentes a comunidades germânicas.

Dentro destas nomenclaturas de latim clássico e latim vulgar, encontramos o chamado latim cristão. Entendemos por este a constituição de um modelo de língua pautado nos elementos típicos das comunidades cristãs do Ocidente. O latim cristão, fonte de compreensão para os fatos lingüísticos responsáveis pela formação das línguas românicas, figura no mundo antigo como um sistema lingüístico autônomo e diverso

do latim, seja ele clássico ou vulgar. Na realidade, o latim, desde o início do Cristianismo e de sua pregação, recebeu diversas modificações provenientes de seus fiéis, trazendo, como consequência, marcas profundas e significativas neste idioma. Com o objetivo de transformar o latim em uma língua capaz de transmitir os novos valores e sentimentos da doutrina cristã, não tardou para que as tendências populares abundassem na constituição deste veículo de pregação.

Somado a estes fatos, é relevante afirmar que os primeiros cristãos e suas primeiras comunidades viviam de forma clandestina, sem liberdade de culto e de expressão. O reconhecimento entre os indivíduos pertencentes a este novo movimento estava nos recursos lingüísticos adotados e conhecidos por seus adeptos. Visando a esta situação, o latim utilizado pelo Cristianismo assistiu a diversas transformações, sobretudo no aspecto lexical, dentre os quais uma renovação parcial de seu vocabulário, uma elevada introdução de empréstimos, diversas transformações semânticas com criação de neologismos e ainda inúmeras implantações de tendências populares, tudo isto visando à caracterização de uma língua técnica com seus próprios códigos.

Não seria equívoco afirmar que o latim utilizado pelos cristãos apresentava uma originalidade mais enfática e impregnada de elementos que sugestionavam a vida espiritualizada e sentimental, marcas de um Cristo sofrido e apto a encaminhar qualquer indivíduo para o reino celestial. Nesta perspectiva, os cristãos, influenciados por um realismo extremo, acrescentavam ao latim cristão um estilo afetivo marcado pelo calor das essências salvíficas. A intenção era levar para o idioma as características mais táticas do movimento que ora se iniciava, sendo o léxico a parte mais atingida por esta originalidade.

Desde os tempos mais remotos, a Igreja cristã destacou-se por possuir dentre seus adeptos personagens na sua maioria advindos de camadas populares, mas também indivíduos provenientes e pertencentes a grupos aristocráticos. Este fato já ocorria paralelamente durante a formação das primeiras comunidades cristãs. Para tanto, não é absurdo afirmar a existência de um latim eclesiástico e de um latim dos cristãos. Para este último, entendemos como o latim utilizado pela igreja nas pregações de caráter popular em que importava mais a mensagem do que a forma. Abundam as construções simples de uma classe de adeptos também simples, com a preocupação inicial de convencer o próximo das idéias pregadas. Cada crente tinha a responsabilidade de propagar os valores cristãos, não importando o código lingüístico de como esta mensagem seria levada.

Por outro lado, a Igreja já possuía os seus doutores e conseqüentemente buscava para si um latim ao mesmo tempo erudito, técnico e literário, porém sem as marcas do paganismo romano. Temos a construção do latim eclesiástico, utilizado com maior constância nos ritos e práticas do cerimonial cristão, assim como na escrita e na elaboração de textos oficiais da Igreja. Tal latim funcionava como um registro culto e formal do mundo cristão, veículo dos termos específicos da Teologia e da liturgia. Encontramos uma terminologia técnica referente, sobretudo, ao campo das práticas da doutrina tais como *discipulus*, *spīritus* e *peccātum*.

É ainda neste específico latim da Igreja que se iniciou as primeiras traduções da Bíblia. Com a organização das primeiras comunidades, com um crescente número de convertidos, não tardou para que houvesse a necessidade de textos bíblicos em latim. Surgem duas importantes traduções, uma para o território europeu, denominada de Ítala, e outra para o território norte-africano, denominada de Afra. Ambas começaram a surgir ainda no século II e apresentavam como característica um extremo literalismo, fruto das marcas de um latim coloquial e, por isso, mais viável para expressar a ideologia cristã. A decisão da Igreja, ao redigir uma literatura em um latim mais marcado de expressões e construções populares, possibilitando uma melhor compreensão de suas mensagens para as classes menos cultas, configurou-se oficialmente a partir de 813 com o Concílio de Tours.

6. Estudo semântico de vocábulos cristãos

As influências trazidas pelo Cristianismo no latim, e conseqüentemente no português, estão basicamente no léxico, isto porque, desde os primórdios, seus adeptos buscavam incorporar na língua suas marcas específicas. Este fato não significou a ausência de variantes no campo da sintaxe e da morfologia, apesar de não serem representativas quando comparadas ao léxico. Pouca coisa pode ser apontada nesses citados campos, algo que não buscamos desenvolver neste estudo que se preocupa somente com os efeitos semânticos e etimológicos da terminologia cristã.

Na elaboração da terminologia cristã, é possível encontrar dois importantes processos que justificam a criação das estruturas vocabulares e de suas respectivas significações.

O neologismo foi uma das maneiras utilizadas pelo Cristianismo para construir seu campo semântico e vocabular. Isto significa que muitas palavras que já eram utilizadas na língua latina ou mesmo na língua grega foram reconduzidas, por transferência de significado, na tentativa de expressar as essências cristãs,

com maior destaque aos elementos abstratos que compõem tal movimento. Vocábulos como *fé*, *batismo*, *carnalidade* e *salvador*, antes com um sentido específico da vida social e cultural de Roma, são exemplos desta transformação, tratando-se ora de um influxo grego ora romano.

Outro processo utilizado em larga escala pelo Cristianismo foi a apropriação de vocábulos gregos, ou seja, empréstimos que a língua grega concedeu para a constituição da terminologia cristã. Não podemos esquecer que, à época da formação do movimento cristão, era o grego idioma de cultura e bastante difundido no mundo antigo. O próprio Cristianismo, durante os seus primeiros quatro séculos, utilizou este idioma em sua vida oficial. Somente mais tarde, o latim foi assumido como a língua oficial da Igreja. Os vocábulos provenientes do grego foram aproveitados para expressar idéias concretas, ou seja, ao vocabulário técnico da instituição cristã. Neste campo, encontramos algumas palavras tais como *igreja*, *bispo*, *evangelho* e *apóstolo*, todas elas ligadas à instituição eclesiástica, seu cerimonial e sua hierarquia.

É interessante destacar os motivos que levaram a uma busca de termos cristãos, seja para expressar idéias abstratas, seja para expressar idéias concretas. Os vocábulos gregos serviram grandemente para representar os elementos concretos, devido a sua realidade e distinção da cultura romana. Se pensarmos na possibilidade dos cristãos utilizarem algum termo daquela cultura para expressar a idéia de “igreja”, certamente o termo latino *templum* jamais poderia ser escolhido visto expressar uma forte carga de paganismo. Para tanto, ao menos neste aspecto, os estrangeirismos podiam saciar a ausência provocada principalmente pela forte carga pagã impregnada na cultura e na língua romana.

Por oposição, as palavras estrangeiras não eram suficientes para transmitir os valores espirituais que o Cristianismo trazia. Para uma sociedade habituada a sensações extremamente humanizadas de uma religião estatal, foi necessário para os primeiros cristãos, durante as primeiras divulgações e evangelizações, imprimir e exprimir em sua língua a espiritualidade de sua nova condição religiosa. Como conseqüência, rejeitavam o estrangeirismo visto não ser suficiente para fazer chegar a mensagem de salvação aos corações que necessitavam de um gozo maior desejável na pós-vida. Buscava-se a ênfase nas palavras latinas, fazendo evocar uma energia e uma força expressiva com relevante manifestação dos intensos sentimentos espirituais. O vocábulo devia reforçar e destacar os vários elementos do enunciado, um verdadeiro acento exagerado no nível semântico, visando ao impacto afetivo da mensagem apregoada. Desta forma, a palavra, símbolo de um pensamento ou de uma referência, proporcionava uma afetiva compreensão da mensagem pregada.

No estudo referente às influências cristãs no latim e no português, há outro elemento de grande importância, isto é, o estabelecimento distintivo entre o chamado Cristianismo direto e Cristianismo indireto. Para aquele primeiro, entendemos tratar-se das formas tipicamente cristãs, surgidas por força da existência do Cristianismo. Trata-se dos termos próprios deste movimento que, possivelmente, sem sua existência, muitos destes vocábulos, hoje tão fixados em nossa cultura, jamais existiriam com o sentido que hoje possuem. Palavras como *anjo*, *bispo*, *missa* e *oração* certamente não estariam ligadas aos valores do ideal cristão. Podemos incluir aqui todas as formações vocabulares que testificam os elementos cristianizados, seja nas idéias, no uso ou nas suas instituições.

Já os Cristianismos indiretos, a nosso ver de maior importância, constituem os elementos que não estão ligados a criações específicas da comunidade cristã, ou seja, relacionados diretamente ao mundo cristão. Seriam as inovações que já ocorriam no latim vulgar, por processo natural, e que certamente continuariam se não fosse a existência do Cristianismo. Como exemplo, podemos citar o vocábulo *crux*, *crucis* que, independente do Cristianismo, já existia na língua latina e certamente, na ausência do movimento cristão, continuaria a existir. Porém, com toda a carga semântica que o vocábulo assumiu nesse movimento, sua difusão foi mais ampla, e conseqüentemente sua transformação etimológica, comprovando assim uma das formas que o Cristianismo influenciou na formação da língua portuguesa, ao menos no tipo de latim que originou nosso idioma.

Nesta perspectiva, é válido afirmar que o latim cristão, nesta abordagem indireta, agiu de forma dissolvente como força centrífuga para a destituição do latim clássico, acelerando alguns processos de deriva que já ocorriam no latim vulgar visto a maior frequência de uso nas comunidades cristãs acelerar as mudanças que já ocorriam no latim. O resultado de todo este processo foi uma das contribuições para a formação das línguas românicas, com especial atenção para o português.

7. Cristianismo e a formação histórica da língua portuguesa

A formação da Língua Portuguesa está ligada a fatores históricos, políticos, sociais, lingüísticos e religiosos. Elemento de grande importância para o nascimento do português está nas invasões romanas iniciadas na Península Ibérica. Graças ao poder bélico das tropas, Roma conseguiu implantar uma colonização com todos os elementos modelares da civilização vencedora, ou seja, a administração, a religião, a cultura, a vida social e a língua.

Se na Península Ibérica existiu uma forte romanização, a situação começou a se modificar, quando, já no início da era cristã, o Império começou a assistir diversas crises em sua estrutura, ocasionando, posteriormente, a sua queda. As províncias, antes unificadas por um estado e por um centro maior, agora estavam entregues as suas populações bárbaras. O latim não deixou de ser utilizado como língua oficial, apesar das várias mutações recebidas pelos substratos e pelos superestratos. Some-se a este fato o Cristianismo que já vinha sendo pregado em língua latina, com inovações de caráter cristão. Compreende-se que esse latim, ainda como língua oficial, não era mais aquele idioma falado nos grandes centros romanos, mas um latim reconicionado por força de invasões, do tempo e das camadas sociais distintas: o latim vulgar.

Todas essas mudanças na ordem sócio-cultural do panorama ibérico iriam ocasionar a estruturação de um falar específico denominado de romance. Seria este a soma das diversas particularidades ocorridas no território em questão, especificamente entre o século V ao século IX.

Em 711, os árabes invadem a Península Ibérica, a partir do sul. De lá, tentam expandir as conquistas até o norte. As populações cristãs que não aceitaram o domínio árabe fugiram para o norte, visto ser uma região mais montanhosa e de difícil acesso. A parte centro-sul da Península ficou entregue a uma florescente cultura oriental. Insatisfeitos com o domínio mouro, aquelas populações cristãs refugiadas ao norte iniciaram um processo de reconquista do território (século X). Divididos em três comitivas, as populações cristãs desciam uma pelo lado ocidental da Península, outra pelo lado oriental e outra ao centro. O resultado desta iniciativa caracterizava a expulsão das comunidades árabes e a implantação de três grandes idiomas peninsulares, assim distribuídos: catalão, ao oriente; português (galego-português), ao ocidente e espanhol, ao centro.

Eis uma clara importância do Cristianismo para a construção da língua portuguesa. Graças àquelas comunidades mantidas fiéis ao modelo da cruz é que hoje nosso domínio cultural não é aquele arábico. A cultura religiosa limitou territórios e culturas. Reconquistar o ambiente peninsular significava a manutenção de um modelo cristão. A constituição política do território português, e conseqüentemente de sua língua, esteve ligada a fatos cristãos, sempre com a justificativa de levar a cruz e dela valer-se de uma identidade. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a língua portuguesa já nos nasceu cristã.

A influência do Cristianismo, a nosso ver, não esteve diretamente relacionada na constituição do português, mas sim no tipo de latim que irá impulsionar a formação da língua de Portugal. Este Cristianismo, tão forte a ponto de suggestionar uma conquista e uma organização política, fez-se também presente nas constituições lingüísticas, sobretudo nas modificações semânticas. Como conseqüência, grande parte da terminologia cristã no português brotou com o nosso idioma. Hoje, termos como *deus*, *cruz*, *oração* e *fé* possuem um significado plenamente voltado às verdades cristãs. Muitas expressões lingüísticas caracterizam a influência da fé cristã na população portuguesa. Frases como "*Deus me livre*" ou "*Devo carregar a minha cruz*" demonstram que muitas idéias populares da língua são transmitidas tendo por base as características do mundo cristão. As constantes evocações dos santos nas mais diversas situações, bem como todas as expressões relacionadas à cultura cristã, leva-nos a crer que, na língua corrente, o uso de uma expressividade, reflexo do Cristianismo, se fez presente com grande ênfase. De todas as línguas românicas, o português é o único idioma que conheceu o toque especial do movimento cristão na criação dos dias da semana. Foi o papa Silvestre, no século IV, responsável pela oficialização da semana cristã, na tentativa de excluir os nomes dos deuses pagãos, assim como estão presentes ainda hoje na nomenclatura semanal do espanhol, do italiano e do francês. Nossa semana, apesar de resguardar alguns elementos da semana judaica, não possui mais nenhum elo com as marcas do paganismo, fato este de responsabilidade total do Cristianismo na constituição de nosso idioma.

Eis o português: soma de diversas culturas, incluindo aqui o Cristianismo.

8. Referências bibliográficas:

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981, 10° ed.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 2°ed.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, 2°ed.

ELIA, Sílvio. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979, 2°ed.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

IORDAN, Iorgui. *Introdução à lingüística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, 2°ed.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963, 2°ed.

MCKENZIE, John L. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulinas, 1983, 2°ed.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975, 5°ed.

MOHRMANN, Christine. *Latin vulgaire, latin des chrétiens, latin médiéval*. Paris: Klincksieck, 1955.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Porto: Clássica editora, 1989, 6°ed.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976, 2°ed.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959, 3°ed.

VIDOS, Benedek Elemir. *Manual de lingüística românica*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.